

AO EXPEDIENTE

Em: 05/03/2020  
Presidente



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABELO

RECEBIDO

Secretaria Legislativa  
Câmara Municipal de Cabedelo(PB)

Às: 9:43 hs. Em: 05/03/2020

VISTO

**PROJETO DE LEI Nº 018 /2020**  
**(Do Vereador HÉRLON CABRAL)**

CONSTOU NO EXPEDIENTE

DISTRIBUÍDO

Em: 05/03/2020

1º Secretária

AVULSOS

DISTRIBUÍDO

Em: 05/03/2020

1º Secretária

**DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DIABETES NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL decreta:**

**Art. 1º** Fica assegurada a prioridade de atendimento às pessoas portadoras de diabetes nos órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e instituições financeiras no Município de Cabedelo.

**§ 1º** A prioridade discriminada no *caput* deste artigo compatibiliza-se com a dos idosos, deficientes e gestantes, conforme legislação específica.

**Art. 2º** Para valer-se da prioridade descrita no artigo 1º, o portador de diabetes deverá apresentar documento médico que comprove a patologia.

**Art. 3º** O descumprimento do disposto no artigo 1º sujeitará o infrator, às seguintes penalidades:

I – advertência, quando da primeira autuação;

II – multa, a partir da segunda autuação, fixada entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 3.000,00 (três mil reais), considerados o porte do estabelecimento, as circunstâncias da infração e o número de reincidências.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A Constituição Federal no seu art. 196 dispõe o seguinte:



ESTADO DA PARAÍBA

**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO**

e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O Diabetes Mellitus é uma das doenças crônicas que mais avança entre a população mundial. A Federação Internacional do Diabetes estima que são cerca de 250 milhões de pessoas com o problema em todo o mundo – 4% delas (10 milhões) estão no Brasil.

Ainda, de acordo com os índices da SBD, em muitos casos, metade dos portadores de diabetes tipo 1 sofrem com hipoglicemia uma vez por mês, mal que também afeta alguns pacientes de diabetes tipo 2, ainda que mais raramente. A hipoglicemia é a queda excessiva do nível de açúcar no sangue que, em situações extremas, pode levar à perda de consciência ou a crises convulsivas podendo também causar acidentes, lesões, levar ao estado de coma e até a morte.

Assim, como o portador de diabetes não pode ficar longos períodos sem se alimentar diante do risco de hipoglicemia, o ato normativo visa reduzir quaisquer agravos à saúde dos portadores da doença, concedendo prioridade nos atendimentos em órgãos públicos e estabelecimentos comerciais, evitando-se a espera prolongada em filas.

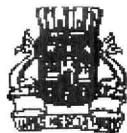
Vale destacar que a proposição não gera onerosidade alguma aos entes públicos e privados do Município; tão somente confere efetividade ao mandamento constitucional disposto no artigo 196.

É de se lembrar que esta Casa já apreciou o PL 87/2018 devidamente aprovado e convertido na Lei 1931/18, que trata sobre matéria idêntica, apenas alternando a causa.

Assim, contando com o apoio dos demais Vereadores, espero pela aprovação deste Projeto!

CÂMARA DE VEREADORES, 02 de março de 2020.

**VEREADOR HERLON CABRAL**



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO

**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
Gabinete da Secretária

**CERTIDÃO - DISTRIBUIÇÃO**

**(Projeto de Lei nº 018/2020)**  
**(Do Vereador Hérlon Cabral)**

Certifico que verificando o que está disponibilizado no acervo do SAPL, bem como, nos arquivos da Secretaria Legislativa até a data de hoje, **não existe outro projeto de lei que possa abarcar conteúdo semelhante (análogo ou conexo) ao da propositura em epígrafe**, nos termos do art. 106, inciso I, do Regimento Interno desta Casa (Resolução nº 1.578/2012).

Certifico ainda, contudo, baseando-se na matéria que foi apresentada, ao verificar o acervo da legislação municipal não foi possível identificar norma vigente com teor idêntico ao da propositura mencionada.

Em, 09/03/2020.

  
**ADOLPHO MARQUES SANTOS**  
Setor de distribuição/SAPL

**Atesto a veracidade da presente certidão.**

Em, 09/03/20

  
**THAYANE BEZERRA FERNANDES**  
Secretária Legislativa



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA D E S P A C H O

(PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 018/2020)  
(Do Vereador Hérlon Cabral)

**PRAZO DE EMENDAS (07 DIAS) – art. 105, parágrafo único do RI,**  
contados a partir da distribuição dos avulsos em sessão.

Esgotado o prazo para oferecimento de emendas, determino à Secretaria Legislativa, distribuir cópia da propositura epigrafada à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO para exame e PARECER, de admissibilidade e mérito, nos termos dos artigos 32, inciso I, alínea “c” a “g”, do RI.

**PRAZO PARECER (15 DIAS) – art. 47, inciso II, do RI.**

Esgotado o prazo concedido à CCJR, retornem-se os autos à Presidência, nos termos do art. 107 do RI.

Em, 13/03/2020.

  
**Ver. GRAÇA REZENDE**  
PRESIDENTE

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Designo Relator o Vereador Benival Zevaco

Em, 13/03/2020

  
**Ver. JOSÉ PEREIRA**  
PRESIDENTE

**RELATOR DESIGNADO** - Recebi cópia do original.

Em, 13/03/2020

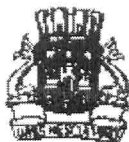
  
**VEREADOR RELATOR**

**PRAZO PARA PARECER  
PELA COMISSÃO**

( Ordinária 15 dias- art: 47, II, RI )

De: 13/03/2020 à 28/03/2020

Visto



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO**  
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"

**PROJETO DE LEI Nº 018/2020.**

DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE DE  
ATENDIMENTO ÀS PESSOAS  
PORTADORAS DE DIABETES NOS  
ÓRGÃOS PÚBLICOS,  
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR:** Vereador Hérton Cabral.

**RELATOR:** Vereador Benival Severo.

**P A R E C E R**

**I - RELATÓRIO**

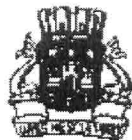
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para exame e parecer o **Projeto de Lei nº 018/2020**, de iniciativa do ilustre Vereador Hérton Cabral, que "Dispõe Sobre a Prioridade de Atendimento às Pessoas Portadoras de Diabetes nos Órgãos Públicos, Estabelecimentos Comerciais e Instituições Financeiras e dá outras providências".

A matéria constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 05 de março do corrente ano, oportunidade onde foram distribuídos os avulsos para conhecimento dos parlamentares e oferecimento de emendas.

No prazo legal, art. 94, inciso I c/c o art. 105, parágrafo único da Resolução nº 158/2006 (Regimento Interno da Casa), não foram apresentadas emendas.

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO  
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"

## II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em exame, da lavra do Vereador Hérton Cabral, tem por escopo assegurar a prioridade de atendimento às pessoas portadoras de diabetes nos órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e instituições financeiras no município de Cabedelo.

### POSIÇÃO DA RELATORIA

Não obstante, seja louvável a iniciativa da parlamentar, cumpre-me esclarecer que a propositura não pode ser materializada por apresenta manifesto vício.

No que pese o interesse público envolvido na matéria, cumpre-me esclarecer que a propositura em exame, apresenta manifesto **"vício de inconstitucionalidade formal"**, porquanto, versa sobre Organização Administrativa e Obrigações ao Executivo Municipal, matéria legislativa de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, conforme preconizado no art. 44, incisos II, III e IV, da Lei Orgânica Municipal, que assim declara:

#### Lei Orgânica Municipal

**"Art. 44.** Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

**II - organização administrativa**, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos;

**III - servidores públicos**, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis;

**IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.**

Com efeito, urge aqui ressaltar a lição do mestre constitucionalista Caio Tácito:

"Não inicia a lei quem quer. Mas quem pode à luz da Constituição"

Assim sendo, não pode o Legislativo, por iniciativa própria, aprovar leis que caracterizam ingerência na atividade **"Tipicamente Administrativa"**, como são exemplos diplomas que impõem ações concretas que envolvem organização administrativa do município, por afronta ao



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO  
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"

princípio da **"Reserva de Administração"**, emanado do próprio princípio constitucional da independência e harmonia dos Poderes.

Sobre o tema, o **Supremo Tribunal Federal - STF** já decidiu que:

O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. (...) Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredir o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação *ultra vires* do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais" (STF, Pleno, MC na ADI nº 2.364/AL, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 14.12.2001).


Em remate, uma observação final se faz oportuna:

**"Não interessa se o projeto de lei tem um comando imperativo ou autorizativo.** A exclusividade da iniciativa atinge a "matéria tratada pela proposição" e o "interesse a ela vinculado" **não cabendo ao parlamentar sob qualquer hipótese usurpar tal iniciativa**, ensina de forma inequívoca à doutrina pátria consagrada".

Nestas circunstâncias e diante de todo o exposto, opino, seguramente, pela **Declaração de Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 018/2020**, sugerindo ao autor, que através de Requerimento, previsto no art. 99, inciso IV, do Regimento Interno da Casa (Resolução nº 158/2016), encaminhe o Projeto epigrafado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que este, mediante o órgão competente, estude a possibilidade de desencadear o processo legislativo, dado ao inquestionável interesse público da matéria.

É o voto.

Sala das Comissões, em 18 de 03 de 2020.

  
Ver. Benival Severo  
Relator





ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO**  
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em sintonia com o Voto do Senhor Relator, Vereador Benival Severo, opina pela **Declaração de Inconstitucionalidade** do **Projeto de Lei nº 018/2020**, sugerindo ao autor, que através de Requerimento, previsto no art. 99, inciso IV, do Regimento Interno da Casa (Resolução nº 158/2016), encaminhe o Projeto epigrafado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que este, mediante o órgão competente, estude a possibilidade de desencadear o processo legislativo, dado ao inquestionável interesse público da matéria.

É o parecer.

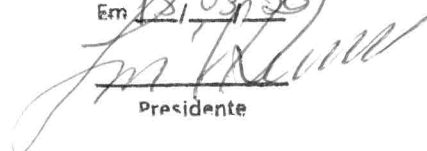
Sala das Comissões, em 18 de 03 de 2020.

  
**Ver. José Pereira**  
Presidente

  
**Ver. Benival Severo**  
Vice – Presidente / Relator

**Ver. Hérlon Cabral**  
Membro

**APROVADO**  
Câmara Municipal de Cabedelo/PB  
Em 18/03/20

  
Presidente

**VOTO**  
**CONTRÁRIO AO PARECER**  
EM: 18/03/20  
  
**VEREADOR**